

**ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE**  
**ANGRA DO HEROÍSMO RELATIVA AO ANO 2020**

Aos 27 dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte pelas nove horas e trinta e três minutos no salão nobre dos Paços do Concelho e também com participações e intervenções por videoconferência, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo na sua 2ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o senhor deputado municipal Ricardo Manuel Rodrigues de Barros no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pela senhora deputada municipal Tânia Gil da Rocha Lemos.

**A – PERÍODO DE ABERTURA**

*O senhor presidente da Mesa determinou não ser necessário proceder-se à chamada visto que era possível confirmar as presenças através do computador:*

**– Grupo Municipal do Partido Socialista:**

*Presenças no salão nobre dos paços do concelho:*

Ricardo Manuel Rodrigues de Barros ▪ Tânia Gil da Rocha Lemos.

*Presenças por videoconferência:*

Ana Maria Sousa de Lima Borges ▪ António Toledo Alves ▪ Carla Alexandra Cardoso Monteiro ▪ Carlos Manuel Pereira Martins ▪ Davide Gabriel Cabral dos Reis ▪ Décio Manuel Lourenço Santos ▪ Durval Manuel Melo Ferreira dos Santos ▪ Francisco Alberto Barcelos Trovão ▪ Hélio Manuel Melo Vieira ▪ Honória de Fátima Dias Leandro Lourenço ▪ Isabel Maria Diniz Berbereia ▪ João Luís Sanchez dos Santos ▪ José Fraga Ferreira Machado ▪ Marco Paulo Vieira Alves ▪ Maria de Fátima Soares Fernandes Ferreira ▪ Marília Margarida Enes Garcia de Vargas ▪ Miguel da Cunha Pacheco Ribeiro de Borba ▪ Paulo Jorge Pimentel da Silva ▪ Rogério Paulo Nogueira e Sousa ▪ Rui Manuel Pacheco Lopes ▪ Salvador da Rocha Lopes ▪ Valdeci Purim.

**– Grupo de Cidadãos “Todos Somos Sé”:**

*Presença por videoconferência:*

Maria Cecília Narciso Vieira Sousa da Costa.

**– Grupo Municipal do Partido Social Democrata:**

*Presenças por videoconferência:*

Cesário Alberto Ferreira Pamplona ▪ Délio Francisco Freitas Ormonde Borges ▪ Filipe Jorge da Silva Almeida ▪ Francisco Manuel Leonardo dos Santos ▪ Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte ▪ Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa ▪ Luís Manuel Mendes Leal ▪ Luís Miguel Forjaz Rendeiro ▪ Mário José Martins Cardoso ▪ Rómulo de Ficher Correia ▪ Sandra Maria de Sousa Garcia.

**– Grupo Municipal do CDS-PP:**

*Presenças por videoconferência:*

Brites Baldaia Rego Botelho Mendonça Cunha ▪ Nuno Alberto Lopes Melo Alves.

– **Câmara Municipal:**

*Presença no salão nobre dos paços do concelho:*

**Presidente:** José Gabriel Álamo de Meneses.

*Presenças por videoconferência:*

**Vereadores:** António Miguel Arieiro Gonçalves Bezerra ▪ Guido de Luna da Silva Teles ▪ José Gaspar Rosa de Lima ▪ Marcos Duarte Machado do Couto ▪ Paulo Alexandre Silva Lima ▪ Raquel Gomes Caetano Ferreira.

*Posta à discussão sem que se verificassem quaisquer intervenções, a ata da sessão anterior do dia 28 de fevereiro de 2020 foi aprovada por maioria com 4 abstenções.*

*O senhor presidente da Mesa procedeu à habitual leitura do expediente e colocou-o à disposição dos senhores deputados que o quisessem consultar, dando conta da receção de três ofícios provenientes do gabinete do senhor primeiro-ministro, do gabinete do senhor presidente da Assembleia da República e do gabinete do senhor presidente do Governo Regional dos Açores, relativos ao protesto da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo sobre a subida da taxa de IVA de 4 para 18% nos espetáculos taurinos.*

**B – PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO**

*Nesta sessão não houve presença de público.*

**C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**Sr. d. m. Luís Rendeiro** – Muito bom dia, cumprimento os senhores membros da Assembleia Municipal nestas circunstâncias estranhas e especiais, esperando que não sejam muito prolongadas, sabendo que corremos o risco de termos que o fazer mais vezes. Da parte da bancada do PSD, manifesto a intenção de procurar aligeirar o mais possível os trabalhos desta Assembleia, por ser tão especial, e para evitar que qualquer falha tecnológica condicione os nossos trabalhos.

Misturando, como é costume, o período de Antes da Ordem do Dia com o período da Atividade Municipal, em relação ao que se está a passar devido à pandemia da Covid-19 e partindo do princípio da possibilidade de um levantamento das restrições, gostaria que o senhor presidente nos dissesse o que a Câmara prevê fazer de imediato. O que está previsto em termos de festas do concelho, do calendário taurino, da época balnear e do licenciamento das atividades do comércio de restauração e esplanadas, e também da eventual distribuição de máscaras, visto que o Governo Regional foi com a SATA à China buscar equipamento de proteção individual. Sabendo que serão distribuídas três máscaras por cada habitação e algum desse material está a ser rejeitado em meio hospitalar por manifesta e absoluta falta de qualidade, pergunto se a autarquia prevê intervir no fornecimento de máscaras aos municípios.

Gostaria ainda que nos informasse do que se prevê em termos de medidas de relançamento da economia durante e após a Covid-19. O que poderá acontecer ao setor da construção civil que mostrava uma grande dinâmica, tendo em conta o crescimento do turismo e a requalificação urbana direcionada para o alojamento local, e o desenvolvimento de importantes investimentos públicos por parte do Governo Regional como a eterna questão da obra do Porto das Pipas.

A última questão que gostaria de colocar ao senhor presidente da Câmara tem a ver com a EDA visto que a conta da luz está a disparar por estarmos mais horas em casa. Como as tarifas da eletricidade são reguladas pela ERSARA, poderá haver também a necessidade de se equacionar algum apoio no pagamento da conta da luz aos municípios que mais necessitem.

**Sr. presidente da Câmara** – Antes de mais, quero saudar todos os membros da Assembleia e dizer-vos que estas especiais circunstâncias em que nos encontramos são limitadoras também para a Câmara, por isso faremos os possíveis para sermos rápidos e eficazes. Face a tudo isto, fica aqui o meu agradecimento pela compreensão manifestada por todos e em particular aos senhores presidentes de junta com quem temos vindo a reunir regularmente nestas circunstâncias em que, nem sempre as coisas têm sido fáceis.

Como as questões apresentadas pelo senhor deputado Luís Rendeiro cobriram praticamente todos os campos, com a permissão do senhor presidente da Mesa, passaríamos já ao ponto seguinte.

## **D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1 – DA CÂMARA MUNICIPAL**

1.1 - Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 1 de fevereiro a 31 de março, bem como a informação sobre a situação financeira da Câmara. Para apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

**Sr. presidente da Câmara** – A Câmara tem funcionado com as limitações que as atuais circunstâncias impõem, embora as coisas nalguns setores tenham até corrido relativamente bem. O funcionamento dos serviços municipais tem sido mantido graças também à compreensão e flexibilidade dos trabalhadores do município que têm feito um excelente trabalho. Há claras limitações que são percebidas por todos e as coisas vão funcionando o melhor possível, tendo em conta a contingência em que nos encontramos.

Os serviços municipais estão a funcionar com uma grande percentagem de pessoal em teletrabalho e o pessoal de campo está dividido em pequenos grupos para se evitar potenciais contaminações escusadas. Temos mantido os serviços essenciais a funcionar de maneira impecável e fica aqui também o meu agradecimento público ao pessoal da área das águas, da limpeza urbana e dos resíduos, que tem feito um trabalho excepcional. Com todas as limitações existentes, ainda não faltou água a ninguém, não há nenhuma quebra de qualidade, o nosso concelho continua limpo e a TERAMB está a funcionar bem como sempre. Estas pessoas têm tido um comportamento extraordinariamente relevante e feito um trabalho muito bom nestas circunstâncias e, a devido tempo, deverão merecer um reconhecimento mais formal por parte da Câmara e da Assembleia, se esta assim o entender.

As atividades futuras da autarquia dependem da continuação do Estado de Emergência, das medidas que venham a ser impostas pela Assembleia da República ou pelo Governo Regional e temos que nos acomodar também entre essas restrições.

Estamos a preparar tudo para iniciarmos, com muitas cautelas e limitações, o atendimento presencial a partir do dia 4 de maio. A carrinha de telecomunicações da Proteção Civil, a IVECO que todos conhecem, está a ser adaptada com um balcão móvel para atendimentos nas freguesias, sempre que as juntas de freguesia entendam não ser possível o atendimento na sua sede, e para se deslocar também aos bairros da Terra Chã, do Lameirinho e de S. Mateus com vista a resolver as questões mais essenciais. O atendimento nos paços do concelho ficará limitado ao estritamente necessário que não pode ser resolvido de outra maneira.

É intenção da Câmara fazer uma reunião também por esta via com todos os presidentes de junta no sentido de descentralizar e acertar a forma de atendimento e do apoio às juntas de freguesia que precisarem. Deixaremos de receber aqui o pagamento de águas e outras coisas mais comzinhas para evitar que as pessoas venham para aqui porque isso representa cerca de 90% das deslocações à Câmara. Vamos limitar o atendimento apenas a questões relacionadas com

obras ou outras situações de maior complexidade que não possam ser tratadas de forma descentralizada. O andar de baixo está a ser adaptado com a colocação de acrílicos e a criação de uma zona segregada para se fazer atendimento ao público por trabalhadores que estarão equipados com as proteções necessárias para garantirem a sua segurança e a de quem cá vier. Isto terá também que ser feito de alguma maneira nas juntas de freguesia de acordo com os senhores presidentes de junta.

A Câmara decidiu não conceder qualquer licença para ajuntamentos públicos até ao último dia de maio, o que significa que as festas não vão acontecer até essa data; contudo, a partir de meados do mês, em função da evolução das restrições impostas pelo Estado de Emergência ou do que estiver em vigor na altura, terão que ser tomadas decisões mês a mês.

Grande parte dos organizadores já comunicou que não pretende realizar as festividades. Provavelmente teremos um verão com poucas festas e, se algumas houver, ficarão dependentes da autorização do ajuntamento de pessoas, mesmo que seja levantado o Estado de Emergência. Para compensar um pouco tudo isto e manter os artistas locais com atividade e algum rendimento, a Câmara decidiu contratar um conjunto de concertos *online* pelas vias electrónicas sem público presencial, sendo difundidos via VITEC e por outros meios de comunicação electrónicos. O primeiro concerto aconteceu no dia 25 de abril, está a ser organizado mais um para o próximo sábado e a ideia é manter estes eventos enquanto as festas não forem possíveis. Com o objetivo de as auxiliar e manter em atividade, a Câmara decidiu também conceder cinco mil euros a cada uma das filarmónicas que se comprometerão a realizar um concerto quando for possível.

**Sr. presidente da Mesa** – Penso que, de comum acordo, estamos a discutir o Período de Antes da Ordem do Dia, o Ponto 1.1 referente à informação da Atividade Municipal e também o Ponto 1.14 relativo à situação causada pela Covid-19.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro** – Senhor presidente da Assembleia, tudo o que servir para facilitar e aligeirar os nossos trabalhos nesta circunstância especial, tem a nossa concordância.

**Sr. presidente da Câmara** – Está também a ser preparado um apoio na área da tauromaquia. Numa primeira fase, a Câmara fará a aquisição de touradas à corda aos ganaderos para que os mesmos não fiquem sem qualquer rendimento durante uma época inteira. A ideia é dar uma tourada a cada junta de freguesia que marcará a data da sua realização quando as circunstâncias assim o permitirem.

A questão das touradas de praça é mais complexa. Houve já uma primeira reunião com a associação de ganaderos e com a Tertúlia e está a ser preparada uma reunião conjunta para as próximas semanas. A Câmara tinha transferido 50 mil euros para a Tertúlia para a organização das touradas e esse dinheiro deve ser agora redistribuído para que os ganaderos possam manter o gado na pastagem, eventualmente por mais um ano. Há questões relacionadas com a idade dos animais e outras situações com algum grau de complexidade que estão a ser discutidas com essas entidades.

Foi ainda decidido um apoio de 2 500 euros aos grupos folclóricos que também estão impedidos de atuar por agora e cujos espetáculos ficam em carteira para serem distribuídos pelas freguesias quando as circunstâncias o permitirem.

Há uma outra medida que está a ser preparada com as padarias relacionada com o pão que habitualmente é confeccionado para os bodos que não vão acontecer este ano. A ideia é dar às juntas de freguesia a possibilidade de, em conjunto com as comissões dos respetivos impérios, distribuírem um pão por cada família para que as padarias e as pessoas que fazem esses pães fiquem com as suas vidas mais equilibradas. Faremos assim uma espécie de bodo virtual, um assunto que vai também ser discutido com os senhores presidentes de junta na reunião que acontecerá esta semana. O que se pretende é que a Câmara pague o pão mas, como se trata de dinheiro público, o mesmo terá que ser distribuído por toda a gente da freguesia e não apenas

pelos «irmãos». Os senhores presidentes de junta organizarão uma distribuição adequada para que não haja incidentes de contacto ou algo do género como já aconteceu em S. Miguel onde se gerou um problema, apesar das boas intenções.

Fazendo a transição para a atividade económica, foram aqui levantadas particularmente duas questões muito preocupantes para a Câmara. A julgar pelo número reduzido de pedidos de licenças de obra que temos recebido nos últimos tempos, a construção civil está a levar uma volta negativa profunda. A maior parte dos pedidos de obras desapareceu, não sei se isto se deve ao facto de estarmos com a porta fechada ou se as pessoas se desinteressaram das obras por qualquer razão. Apesar de ser possível submeter os pedidos eletronicamente, o seu número é reduzido, razão que me leva a suspeitar que nos aproximamos de uma situação problemática na área da construção civil.

A razão principal da convocação desta reunião foi a libertação dos fundos necessários ao financiamento das juntas de freguesia para que possam reiniciar as suas pequenas contratações com vista a manter os mestres em atividade. Haverá também uma linha de apoio para as famílias e empresas, algo que não estava previsto no orçamento que está em vigor e que se torna urgente, dadas as circunstâncias que vivemos. A Câmara tem alguma capacidade de investimento, por isso vamos fazer aqui um esforço muito grande no sentido de investirmos mais e mais depressa nos próximos meses para mantermos esta gente em atividade e tentar evitar que a construção civil volte a colapsar como aconteceu em 2012.

No que respeita ao investimento e à liquidez, neste mês fizemos um grande esforço e pagámos 1,2 milhões de euros a empresas, o que me leva a agradecer ao pessoal da Câmara que trabalha na área financeira. Antecipámos e pagámos tudo o que era possível para manter as empresas com o máximo de liquidez face à situação que se vive.

Recebi esta semana a notícia referente ao Porto das Pipas cujo contrato se encontra no Tribunal de Contas e não há qualquer perturbação quanto ao seu seguimento. Poderão existir eventualmente algumas questões relacionadas com o arranque da obra porque há trabalhadores que têm que ser deslocados inter ilhas, o que não é possível nas atuais circunstâncias. Não houve nenhum recuo na obra nem se prevê nada fora do normal mas poderá haver alguns atrasos, como está a acontecer generalizadamente em tudo o que são obras, porque o transporte de mercadorias também sofreu perturbações. Há dificuldades a surgir por todo o lado mas vamos tentar ultrapassá-las tanto quanto possível.

A respeito do equipamento de proteção, numa medida compensatória do cancelamento das festas Sanjoaninas, as costureiras que normalmente faziam as roupas e outros adereços, estão a confeccionar cerca de doze mil máscaras que tencionamos começar a distribuir a partir do dia 4 de maio como complemento àquelas que serão distribuídas pelo Governo Regional. São máscaras sociais para a população em geral, não se destinam a profissionais de saúde, são desenhadas de acordo com as recomendações do Infarmed e da Organização Mundial de Saúde e vão ser distribuídas pelas juntas de freguesia e pelo comércio em geral. Se as novas regras obrigarem ao uso de máscara, os estabelecimentos tê-las-ão à porta para oferecer e assim poderem garantir o cliente. Receberemos as doze mil máscaras de forma faseada porque são elaboradas manualmente, o que demorará algum tempo.

Encomendámos e temos vindo a receber material profissional, máscaras FP e cirúrgicas para uso dos nossos profissionais e para fornecimento a instituições terceiras. Temos vindo a fornecer lares de idosos e outras IPSS's, a PSP, os bombeiros e até o hospital que, entretanto, já nos devolveu o equipamento porque o tinha recebido também de outra origem. Até agora o material que temos usado não se tem manifestado com falta de qualidade e tem sido regularmente aceite por todos. Temos um *stock* relativamente grande e foi encomendada uma quantidade ainda maior.

O nosso sistema de proteção civil tem funcionado perfeitamente nas atuais circunstâncias. Aqui tivemos sorte porque, logo antes do carnaval quando se percebeu que iria haver crise, fizemos uma grande encomenda que nos foi extraordinariamente útil naquilo que aconteceu a seguir. Nesta ilha fornecemos praticamente toda a gente que era preciso enquanto não chegou o material de outras origens.

Vamos continuar a adotar medidas de proteção para todos os trabalhadores nos locais em que o município tenha contacto com o público, algo que está a ser preparado pela nossa técnica de higiene e segurança no trabalho em conjunto com a Direção Regional da Saúde.

A situação respeitante à EDA preocupa-nos a todos e é uma matéria de âmbito nacional que tem que ser resolvida através da entidade reguladora. Creio que há conversações nesse sentido e por ora não tenho outra notícia para vos dar.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro** – O senhor presidente da Câmara foi ao encontro de quase todas as questões que aqui levantei. No entanto, há que ter em conta alguma preocupação em relação ao comportamento das pessoas durante a época balnear mal comecem a ser levantadas algumas destas restrições. Sem adjetivar ou fazer julgamentos, sabemos que o cidadão comum facilita e compete-nos a todos, especialmente ao senhor presidente da Câmara por ser o responsável máximo pela Proteção Civil no concelho, evitar que esse facilitismo leve a problemas maiores. Temos que nos manter atentos porque, possivelmente, esta doença terá vários picos. Poderá haver sucessivos períodos de aberturas e encerramentos e alterações das medidas e restrições, consoante esses picos da doença forem aparecendo.

Indo ao encontro do que tem sido a nossa posição a nível nacional e regional, a Câmara contará com o apoio do PSD para aplicar as medidas e restrições necessárias à saúde pública, proteção e segurança das pessoas. Faço desde já essa salvaguarda de interesses porque preferimos pecar por algum cuidado excessivo em vez de nos sujeitarmos a futuras acusações de falta de apoio ou da tomada de medidas duras quando necessárias.

O calor não vai deixar de aparecer por causa da Covid-19 e as pessoas terão a tendência natural em procurar o mar e as zonas balneares para algum descanso mas não o poderão fazer nas zonas habitualmente vigiadas, caso as mesmas estejam encerradas. Assim sendo, gostaria de saber o que será concertado entre a Proteção Civil Municipal e a Polícia Marítima ou quem tutela a nossa orla costeira, de modo a acautelar possíveis acidentes ou outro tipo de descuidos que são previsíveis.

**Sr. presidente da Câmara** – A Câmara tem vindo a preparar a época balnear no que respeita a contratações, nadador salvador, etc., partindo do princípio que a mesma decorra normalmente com a sua data de início prevista para 15 de junho mas a expectativa é que não venha a acontecer ou decorra com um conjunto de restrições. É óbvio que não temos a possibilidade de vigiar toda a linha de costa mas os riscos de contaminação entre pessoas isoladas não é elevado. Terá que haver uma campanha de sensibilização para os cuidados a ter por parte de quem frequentar as zonas não vigiadas ou isoladas, o que seguramente acontecerá nesse período com o aumento do risco dos acidentes de mar. Teremos que tomar as medidas adaptativas necessárias mas é certo que este ano não haverá uma época balnear regular.

**Sra. d. m. Marília Vargas** – Muito bom dia a todos. Esta situação da pandemia é sem dúvida o assunto mais emergente. Eu e o grupo municipal do PS tivemos a oportunidade de consultar as medidas de apoio que a Câmara lançou no seu *site* e também no nosso servidor de ficheiros. Sabemos que o Governo Regional tomou também algumas medidas para minimizar o desemprego e entendemos que a Câmara Municipal poderá ir um pouco mais além em termos de apoio às empresas locais com as quais estamos bastante preocupados. Através da criação de um regulamento, a Câmara poderia direcionar às empresas privadas, parte da verba que se destinava às festas Sanjoaninas, através do apoio no pagamento das suas rendas mensais ou isentando-as do pagamento das faturas da água, por exemplo.

**Sr. presidente da Câmara** – A primeira medida tomada foi uma moratória geral até 30 de junho. A Câmara tem mantido contactos com a Câmara do Comércio e teremos uma reunião esta semana sobre a tomada de um conjunto de medidas de incentivo e apoio ao relançamento da atividade económica no concelho. As empresas que estiveram encerradas e perderam quase todos os seus rendimentos, terão uma isenção de 100% do pagamento de todas as despesas relacionadas com a Câmara, incluindo a água, o saneamento e os resíduos, desde o dia da declaração do Estado de Emergência até uma data que desconhecemos. Do ponto de vista genérico, essas medidas aplicam-se também às famílias de acordo com as necessárias especificidades.

Haverá um escalão de 100% e um outro de 50% em função das perdas de rendimento. Quem já tiver feito o pagamento, terá os valores transformados em crédito para abater nas despesas futuras. No que respeita às famílias, estamos a seguir a mesma métrica dos governos, avaliando quem teve perdas na casa dos 60%. Aqueles que ficaram em *lay-off* terão um apoio de 50% e quem teve perdas superiores ou totais, beneficiará do escalão de 100%. De acordo com a mesma lógica, quem já tiver feito o pagamento, ficará com o valor em crédito para consumos futuros e quem ainda não pagou, não precisa de o fazer.

Para garantirmos as questões contabilísticas e controlarmos todos os apoios, as faturas serão emitidas e pagas pelo município. Para isso, consta da Ordem de Trabalhos desta Assembleia, a criação de uma linha de apoio às famílias e às empresas dotada com meio milhão de euros nesta fase inicial para fazermos face a estas medidas de apoio e àquelas que venham a ser tomadas. Haverá um reforço se for necessário, mas logo veremos com o andamento do ano.

Como a lei diz que só é possível apoiar os privados através de regulamento, se tal for necessário, a Câmara tenciona pedir ao senhor presidente da Assembleia a convocação de uma sessão extraordinária especificamente para se aprovar o tal regulamento, logo que se chegue a um entendimento com a Câmara do Comércio. Podemos assim garantir apoios às famílias e às empresas em dois escalões, um de isenção total e outro a 50% em função das perdas de rendimento efetivamente sofridas neste período. Isto constará de regulamento que será submetido a esta Assembleia logo que percebamos as reais necessidades das empresas e o calendário do desconfinamento que vier a ser aprovado, informações que obteremos eventualmente ao longo desta semana ou da próxima.

O Ponto 1.14 da nossa Ordem de Trabalhos de hoje exige aprovação da Assembleia porque há alterações a taxas e a outras questões de natureza fiscal e financeira que são da competência deste órgão deliberativo. A Câmara tomou as decisões porque a lei assim o permite, mas deve submete-las à ratificação da Assembleia Municipal na sessão imediata.

Independentemente dos calendários das modalidades, resolvemos manter os apoios que estavam atribuídos ao desporto, incluindo a vertente de apoio às instalações de alguns clubes e dos participantes na área desportiva da região. Estamos a iniciar um processo que levará à antecipação do pagamento dos 20% remanescentes dos apoios nas próximas semanas, independentemente do fim da época desportiva ou do que venha a ser decidido por cada uma das federações ou associações.

Na área da cultura, também se resolveu manter os eventos dentro do possível, adiando-os sem a quebra das contratações feitas e suportando de imediato as despesas que já tinham sido assumidas pelas diversas entidades. Isto aplica-se essencialmente à área das Sanjoaninas porque havia carros alegóricos já feitos e outros em elaboração, além de outros compromissos do género que serão integralmente assumidos e ficarão já pagos para o ano 2021.

Já referi a confeção das máscaras de proteção e o apoio às filarmónicas e aos grupos folclóricos e faremos o reagendamento para uma altura que nos seja possível, dos eventos que estavam previstos com artistas locais.

Reabriu-se o período de candidatura aos estudantes deslocados e estabeleceu-se aqui um regime de apoio imediato que consta do Ponto 1.10 da nossa agenda de hoje. Vamos manter em aberto e em permanência até ao final deste ano civil, as candidaturas às bolsas de estudo para que, as famílias que não o fizeram no período normal porque não tinham necessidade, possam agora candidatar-se, se necessitarem. Este ano as bolsas são atribuídas de fevereiro a julho e, no ano que vem, sê-lo-ão desde que é feito o pedido até ao fim do ano letivo 2020/2021. É isto que consta do Ponto 1.10 da Ordem de Trabalhos que fica desde já apresentado.

Em colaboração com as juntas de freguesia e outras entidades, alargámos o apoio social às necessidades de natureza alimentar que, infelizmente, têm sido bastantes, o que nos levou a fazer nos últimos dias uma transferência de 20 000 euros destinados à aquisição de alimentos para o Banco Alimentar com vista a suprir as necessidades mais imediatas e urgentes.

Deixo aqui um agradecimento aos senhores presidentes de junta que têm feito um trabalho extraordinário nessa matéria, não deixando ninguém ficar mal em freguesia alguma. Estas ações passam um pouco despercebidas do público em geral mas são extremamente úteis porque houve muita gente que passou a ter necessidades de um dia para o outro. Todos os trabalhos relacionados com aquela área cinzenta de limpeza de casas e outros afazeres disto e daquilo, desapareceram e as pessoas estão a passar por grandes dificuldades.

Deste meio milhão de euros que estamos a destinar hoje, tiraremos o dinheiro necessário para manter este sistema a funcionar com a devida discrição e não precisamos de fazer grande publicidade sobre o assunto. Muitas das pessoas envolvidas neste processo, fazem tudo o que podem para que não se perceba que o problema existe, mas ele existe.

Na área da economia, deixámos de cobrar os pagamentos referentes às esplanadas e outros espaços que se encontram fechados. Também se isentou, desde o início do Estado de Emergência, o pagamento das rendas do mercado municipal, que teve uma quebra drástica do número de visitantes e as coisas não estão a correr nada bem. Como estamos a pensar entrar em obras ali a curto prazo e existem algumas pessoas mais idosas com grandes dificuldades em manter-se em atividade e querem sair, estamos a pensar em fazer-lhes um pagamento numa espécie de reforma antecipada, algo semelhante ao que foi feito com os taxistas em anos anteriores e deu bons resultados.

Estamos a preparar em colaboração com a Câmara do Comércio, uma campanha de incentivo ao consumo local, que lançaremos logo que se dê início ao desconfinamento, porque este período levou a que muita gente optasse pelas compras de fora da ilha através da internet. Nem que seja por uma questão de solidariedade, o objetivo é levar as pessoas a consumirem localmente e ajudarem os nossos comerciantes no sentido de se criar um sistema de entregas domiciliárias que seja competitivo com o que acontece com as compras normais na internet.

Passámos a periodicidade das reuniões de Câmara, de quinzenal a semanal. Reunimos todas as sextas-feiras também com o sistema de Proteção Civil e com um conjunto de outras entidades para irmos vendo como as coisas decorrem e temos que ser muito flexíveis porque estas medidas não se esgotam. Todas as semanas têm surgido novas situações que vão sendo resolvidas e comunicá-las-emos na próxima reunião desta Assembleia.

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves** – Cumprimento o senhor presidente da Mesa, o senhor presidente da Câmara e os restantes membros da Assembleia através desta metodologia nova de videoconferência. Começo por me congratular com o empenho da Câmara nas situações já aqui elencadas pelo senhor presidente e a criação de um fundo municipal de 500 mil euros para apoio a estas e outras medidas que virão ainda a ser tomadas, mas expresso também alguma apreensão.

Esse montante corresponde a meio mês das receitas operacionais do grupo municipal. De acordo com as contas de 2019, as receitas orçamentais andaram entre os 12 e os 13 milhões de



euros. Cerca de metade desse valor corresponde às receitas dos Serviços Municipalizados e a outra metade às receitas operacionais da Câmara.

Meio milhão de euros pode parecer um montante muito elevado mas, tendo em conta o que isso significa na operação da Câmara, não será uma margem tão ampla quanto isso, por isso gostaria de saber se este valor é definitivo ou se a Câmara prevê algum tipo de reforço, caso se venha a justificar.

Além das informações que já nos prestou, gostaria que o senhor presidente da Câmara nos desse conta do *feedback* da Câmara do Comércio e quais as perspetivas até ao final do ano. Da nossa parte, posso informar que estamos contentes com a atuação da Câmara e a sua capacidade de antecipação na resposta às necessidades das famílias e das empresas. Lembro mais uma vez que podem contar com a colaboração do grupo municipal do CDS-PP nestes momentos difíceis que todos estamos a atravessar.

**Sr. presidente da Mesa** – O senhor presidente da Câmara fez a fineza de me mostrar a máscara que já cá chegou e é impecável em termos de filtragem. Estava a ver tudo verde e há aqui uma azul mas fiquei mais descansado porque estava a ver que não havia nada em vermelho.

**Sr. presidente da Câmara** – Há máscaras de todas as cores para todos os gostos e feitos porque comprámos todos os tecidos que havia no mercado e não houve possibilidade de escolha. Gastou-se tudo o que era tecido e mais cerca de 6,5 km de elástico. Nunca pensei que houvesse tanto elástico nesta terra. As máscaras serão distribuídas dentro de um envelope acompanhadas de um papelinho com as instruções de utilização.

Em resposta à questão colocada pelo senhor deputado Nuno Melo Alves, como referi no início, estes 500 mil euros equivalem à dotação inicial e temos mais 700 mil em reserva. Quanto às perspetivas a médio prazo, não creio que seja possível fazer grandes previsões porque estamos a viver um tempo de grande incerteza. Pode acontecer um surto qualquer já na semana que vem e isto dar uma volta para pior, muito menos vos posso dizer quanto ao que acontecerá a médio prazo.

Com restrições ao investimento e às despesas da Câmara, poderemos ir mobilizando mais recursos extra se tal vier a ser necessário. Esta é uma matéria da competência da Assembleia Municipal e a Câmara mantê-la-á informada sobre os consumos destas verbas e a tomada de quaisquer medidas que se mostrem necessárias.

Isto acontece-nos no pior dos momentos porque este ano temos cerca de 1,5 milhões de euros cativos por causa da questão do IMI. A nossa capacidade financeira está seriamente diminuída face a outros eventos que nada têm a ver com a Covid-19 e estavam já a causar uma sombra sobre o que poderíamos fazer. Neste momento temos meio milhão de euros para uso imediato e estão disponíveis outros 700 mil para utilizar de acordo com o que for decidido por esta Assembleia.

**Sr. d. m. Joaquim Ponte** – Muito bom dia senhor presidente e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores e ilustres colegas. Espero que todos estejam a passar bem, assim como as vossas famílias, desejando que, em breve, possamos reunir como é habitual no espaço próprio destas reuniões da Assembleia Municipal.

O senhor presidente da Câmara referiu que se prevê dentro de pouco tempo o arranque das obras do mercado Duque de Bragança e do parque de estacionamento e falou também da crise na área da construção civil. Assim sendo, pergunto-lhe quais as previsões acerca deste importante investimento nesta fase complicada que estamos a atravessar, desejando que seja breve o retorno à normalidade da vida social e económica no centro histórico de Angra do Heroísmo. Ficaria grato ao senhor presidente da Câmara se nos pudesse fazer o ponto da situação.

Ontem vi uma notícia no telejornal em que se anunciava a retoma das ligações aéreas das nossas ilhas com o exterior. Falava-se que os voos da TAP seriam retomados a partir de 15 de maio com periodicidade diária para a ilha de S. Miguel e dava-se conta de outros voos com intervalos de dois ou três dias, mas não foram referidos os voos para a ilha Terceira, tão pouco os que acontecem uma vez por semana.

Pergunto ao senhor presidente da Câmara se, por ventura, terá alguma informação sobre este assunto porque é importante que as ligações com o exterior não se façam apenas a partir de S. Miguel, obrigando os terceirenses a uma escala naquela ilha para se deslocarem a Lisboa. Esta é uma questão que nos preocupa porque há quem tenha a sua vida profissional ou pessoal dependente do exterior e quem precise de viajar para fora da ilha por doença. Tudo isto prejudica também quem nos pretenda visitar, por isso não podemos ficar apenas com uma porta de entrada na região com periodicidade diária, à semelhança do que, infelizmente acontecia com a ilha Terceira e poderá voltar a acontecer.

As obras daquele pequeno troço entre os Portões de S. Pedro e a Silveira obrigaram a um desvio do trânsito ali pelo Pico da Urze, uma zona densamente povoada onde também circulam as nossas carreiras urbanas, e o trânsito torna-se muito complicado. A via é muito estreita, existe ali um considerável número de moradores e o Colégio de Santa Clara gera muito movimento de crianças e pais que as vão levar e buscar. Isto leva-me a questionar o senhor presidente da Câmara acerca de uma possível solução alternativa mais ou menos idêntica àquela que foi adotada e muito bem conseguida em S. Carlos com a abertura daquela nova via que aumentou o conforto e a segurança da população e permitiu que, parte do trânsito passasse a circular num só sentido. Parece-me que a alternativa ali no Pico da Urze seria muito mais fácil porque existe já uma via que liga à Penha de França e talvez possibilitasse a circulação do trânsito num só sentido, trazendo mais segurança à população que ali reside.

O senhor presidente da Câmara referiu e muito bem, as questões da tauromaquia e falou na Tertúlia e nos ganaderos, mas peço que não se esqueça também da sociedade que é proprietária e gere a praça de touros que também perde a sua única fonte de receita. Como faço parte dos seus órgãos dirigentes, sei que essa mesma sociedade também precisa e contará decerto com o apoio da Câmara que nos permitirá manter a praça em condições para que, no próximo ano, esteja totalmente operacional para os festejos que todos desejamos retomar rapidamente.

**Sr. presidente da Câmara** – Falando com base na experiência dos primeiros anos em que estive aqui na Câmara, a crise da construção civil tem duas componentes distintas: uma diz respeito aos mestres e às pequenas empresas de empreiteiros e a outra tem a ver com as grandes empresas.

Houve um atraso numa questão de engenharia civil na obra do mercado Duque de Bragança. Estamos à espera da entrega de uma revisão derivada de uma alteração de projeto que permitiu um alargamento graças a um acordo com a diocese para a utilização de uma parte dos terrenos do seminário. A feitura dos cálculos da parte da construção civil está numa empresa de projeto e esperamos recebê-la nos próximos dias para que o concurso saia de imediato. Esta obra e a do Porto das Pipas são de maior dimensão e realizadas por grandes empresas mas a nossa maior preocupação é com as pequenas empresas que começam já a sentir esta crise porque dependem das obras dos particulares que as estão a adiar perante a incerteza das suas vidas.

Através das juntas de freguesia, com uma parte dos dinheiros que estão hoje aqui em discussão, vamos reforçar o apoio a um conjunto de pequenas obras vocacionadas para os tradicionais mestres que serão os primeiros a entrar em crise. As grandes obras do mercado e do Porto das Pipas são muito importantes e permitirão manter as empresas de construção civil de maior dimensão num patamar de atividade compatível com a situação de crise em que vivemos.

Não tenho nenhuma informação concreta acerca das ligações aéreas com o exterior e partilho da sua preocupação porque não podemos obrigar as pessoas a circular inter ilhas para viajarem

para o exterior. No entanto, isto tem obviamente que ser feito com grande cautela porque, no dia em que permitirmos o aumento do acesso do exterior à ilha, aumentaremos também a nossa vulnerabilidade a novos surtos.

Há aqui uma espada de dois gumes; temos a necessidade de abrir mas temos que manter o devido cuidado e controlar. Fizemos um caminho extraordinariamente bom com um sucesso enorme e creio que, todas as entidades envolvidas, particularmente as da área da saúde, estão de parabéns pela forma como a situação foi conduzida na ilha Terceira. Neste momento temos apenas três casos ativos na ilha e todos devidamente controlados. Estamos até muito melhor em relação a ilhas com menor população aqui à volta e isto deve-se à maneira sensata e eficaz como foi travada esta luta contra o vírus. No dia em que abrirmos a porta de outra maneira, tudo isto se pode alterar para pior e transformar este cantinho do paraíso num inferno se as coisas correrem mal.

Por tudo isto, senhor deputado, prefiro penar mais uma coisinha com falta de ligações ao exterior do que abrir a porta de repente e levarmos uma volta que nos pode colocar em más situações. Até hoje, felizmente não aconteceu nada também nos nossos lares de idosos mas tudo isto se poderá alterar se abrirmos a porta. Foi essa a razão que me levou a dar também um parecer positivo e controlar com o Governo a não abertura este ano do transporte marítimo de grande dimensão entre ilhas. Mais vale penarmos agora um pouco mais, do que ficarmos sujeitos a um desastre com essa abertura ao exterior que nos pode até originar algumas mortes. Para já, eu não poria grande preocupação ou pressão nas ligações ao exterior, sendo preferível mantê-las no mínimo indispensável e com o máximo controlo, porque a última coisa que precisamos agora é arranjar aqui uma desgraça.

A ligação entre a Silveira e o Fanal ficou muito degradada com a passagem da pedra para a obra de requalificação daquela orla costeira. O caminho está a ser refeito, havia ali condutas de média tensão da EDA, a obra está a andar mal porque falta material e outras coisas que não estão cá, e está a arrastar-se o que era para ser feito num par de semanas. O trânsito está a ser desviado para a Circular e não para o Pico da Urze mas, por uma questão de comodidade ou por engano, as pessoas estão a circular por ali. A avenida Tenente Coronel José Agostinho será também cortada do semáforo para baixo, porque é necessário asfaltar desde ali até aos Portões de S. Pedro, e tudo isto se alterará muito rapidamente. Vamos sinalizar melhor esta obra e fazer os possíveis por ser rápidos nesta intervenção que mexe com uma das entradas mais movimentadas da cidade.

Quanto a soluções futuras de alteração ao trânsito, é uma questão a pensar. Existe um ante projeto com um conjunto de implicações que está aqui na Câmara e tem que ser revisitado, mas nada existe em concreto neste momento.

A situação que o senhor deputado Joaquim Ponte referiu acerca da praça de touros terá que ser analisada em conjunto com a questão das touradas de praça e ainda não chegámos a uma solução porque não sabemos se haverá alguma este ano. Suspeitamos que não, mas pode ser que haja, até porque há touros que, devido à idade, não podem esperar para o ano que vem. Estas questões só podem ser resolvidas face ao evoluir de uma situação que é desconhecida de todos.

**Sra. d. m. Brites Cunha** – Cumprimento todos os membros da Assembleia e é com grande alegria que os vejo a todos de saúde e em segurança. Estamos a partilhar espaço devido a um problema de suporte tecnológico na aplicação mas, ainda assim, estamos a salvaguardar as devidas distâncias e a segurança possível.

Começo por dizer que estamos contentes com a prontidão da Câmara, que foi pioneira a nível regional no cancelamento de eventos de monta. Somos muito favoráveis a todas as medidas que possam ser tomadas para dirimir o mais possível o impacto desta pandemia e estaremos disponíveis para discutir e rever tudo o que for possível fazer-se a mais.

Foram felizes as decisões no que respeita às touradas à corda mas, como já bem explicou o senhor presidente da Câmara, estou bastante preocupada com a situação das touradas de praça, nomeadamente no que toca à idade dos touros que os impede de serem corridos na praça este ano e podem ser considerados como perda total. Assim sendo, é preciso encontrar forma de compensar os ganaderos pelos compromissos já assumidos e estou confiante que a Câmara fará o seu melhor nesse sentido.

Percebo a questão levantada pelo senhor deputado Joaquim Ponte em relação à praça de touros e seria também razoável pensar-se noutros artistas, nomeadamente nos cavaleiros da terra, porque sabemos que este encaixe financeiro com as Sanjoaninas seria o seu maior proveito económico para fazerem face à atividade do ano inteiro, não podendo também beneficiar este ano de outros potenciais mercados nas comunidades pelas razões óbvias. Por isso, senhor presidente da Câmara, peço a sua atenção também para este tipo de situações.

**Sr. presidente da Câmara** – Essas questões, senhora deputada, estão obviamente em cima da mesa da Câmara; já as discutimos internamente e também com a Tertúlia Tauromáquica Terceirense e ao longo das próximas semanas trabalharemos no sentido de encontrar uma solução adequada. Volto a lembrar que existem já 50 mil euros da Câmara investidos nesta área que agora terão que ser justamente repartidos entre todos os potenciais participantes e é o que vamos tentar resolver.

**Sra. d. m. Isabel Barbereia** – Muito bom dia a todos. Cumprimento todos aqueles que estiveram na linha da frente: os funcionários da Câmara, os nossos serviços de saúde e os que têm mantido os estabelecimentos e as superfícies comerciais abertas para podermos fazer as nossas compras do dia a dia e termos nas nossas casas todo o conforto e os bens de primeira necessidade. Saúdo também os angrenses em geral por terem deixado as ruas desertas desde a comunicação que estaríamos em estado de contingência, demonstrando assim o civismo da nossa população. É de reconhecer e louvar a atitude de todos, especialmente dos decisores camarários, do Governo Regional e da República, por estarem a fazer o seu melhor à frente de órgãos importantes de decisão neste período tão difícil com os resultados positivos que temos visto na nossa região e a nível nacional.

Quero reforçar a ideia já aqui transmitida pelo senhor presidente da Câmara e pela deputada Marília Vargas sobre a necessidade da criação de um regulamento que permita, neste pacote, o apoio também aos privados, complementando assim as fortes medidas já tomadas pelo Governo Regional com grandes investimentos para garantir o emprego e a manutenção dos rendimentos de quem, por exemplo, se encontrava em estágios ou em programas especiais de apoio. Foi disponibilizada uma parcela grande para garantir às empresas a sua liquidez financeira e evitar a tomada de outras decisões que pudessem levar ao desemprego que, por sinal, se tem mantido equilibrado.

Não podemos esquecer que estas empresas, nomeadamente as ligadas ao comércio local com atendimento ao público, terão que se adaptar às novas realidades para a sua reabertura. Além de uma situação financeira que se antevê frágil e das despesas com pessoal, estas empresas terão custos acrescidos ao nível da sinalética, da reorganização dos espaços, da montagem de acrílicos separadores, da higienização e de outras adaptações necessárias para garantirem a segurança da população e dos próprios trabalhadores.

Os setores de atividade mais frágeis estão já identificados pelo Governo Regional e constam do anexo a esse diploma. É muito importante todo um trabalho de articulação e complementaridade no apoio às empresas e às famílias na área da educação e da Segurança Social.

Deixo aqui a minha preocupação que é transversal a todos sobre o ensino à distância, sobretudo para as crianças com mais dificuldades ou que pertençam a agregados familiares mais desfavorecidos. Sei que a Direção Regional da Educação tem feito um esforço enorme para

garantir as ligações à internet através da distribuição de *pen's* de acesso mas há zonas em que o sinal é muito fraco e poderiam ser estudadas outras alternativas.

Deixo estas ideias para reflexão, esperando que todos possamos articular da melhor forma os nossos esforços e contributos. Este regulamento pode garantir um apoio efetivo e uma forma de esperança para os nossos empresários, sobretudo os ligados ao comércio local, para que possamos restaurar a vida da nossa cidade da forma mais rápida e segura possível. Estamos disponíveis para colaborar no que for necessário.

**Sr. presidente da Câmara** – Partilho das preocupações aqui apresentadas que poderemos debater com maior profundidade a breve trecho na reunião que teremos que fazer logo que possível.

**Sra. d. m. Marília Vargas** – A minha intervenção vai ao encontro do que referiu o senhor deputado Joaquim Ponte. Mais tarde ou mais cedo, terão que ser abertas as ligações ao exterior porque não podemos ficar eternamente neste confinamento, mas preocupa-me o facto de essas ligações serem centralizadas em S. Miguel.

**Sr. d. m. Joaquim Ponte** – Tem toda a razão. Essa é que é a questão.

**Sra. d. m. Marília Vargas** – Grande parte das pessoas que, nesta fase, precisam de se deslocar ao exterior, são doentes oncológicos que não conseguem tratamento cá e não podemos deixar que aumentem o risco de contágio em S. Miguel onde a situação da transmissão da Covid-19 está bem pior do que na ilha Terceira. É algo que não podemos mesmo deixar que aconteça.

Quero deixar também um agradecimento e fazer uma homenagem aos nossos funcionários da área da saúde e aos bombeiros porque, não é devido à sorte que estamos bem na ilha Terceira em relação à Covid-19. Tenho conhecimento do trabalho que tem sido feito no hospital da ilha Terceira, também ao nível da administração e da direção clínica, onde foram tomadas as devidas medidas atempadamente. Tem havido um trabalho excepcional como podemos confirmar através do número de recuperados e pela forma como tem sido feito o combate à transmissão. Temos muitos motivos para nos orgulharmos dos nossos profissionais de saúde e das respetivas chefias.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro** – Questiono o senhor presidente da Câmara sobre a possibilidade de, num segundo reforço, se aumentar as máscaras comunitárias das doze mil para números bastante superiores, tendo em conta a população do concelho e o expectável uso e degradação das máscaras recentemente distribuídas. Porque nem tudo tem que ser gratuito, poderia ser criada uma plataforma para os municípios adquirirem mais facilmente esses equipamentos de proteção. Da mesma maneira que as costureiras foram postas ao serviço no combate a esta pandemia, talvez seja possível criar aqui um mercado ou outro tipo de dinâmica para aumentar o número de máscaras disponíveis e podermos assim suprir o desgaste das que forem sendo utilizadas.

Já o disse na conferência de líderes, mas volto a referir para que fique em ata. Todos concordamos e apoiamos as medidas aqui anunciadas pelo senhor presidente da Câmara mas é importante deixar uma salvaguarda no sentido de evitar que, a ajuda tão necessária que a Câmara está a prestar aos municípios e instituições, se transforme num bodo da Câmara para alguns que talvez não precisem tanto e se tornam numa espécie de profissionais da recolha do que é destinado àqueles que verdadeiramente necessitam de ajuda nestes tempos difíceis. Sei que os senhores presidentes das juntas de freguesia são quem melhor pode sinalizar eventuais abusos, mas nunca é demais lançar o alerta para que, eventualmente, não se distribua a mais a alguns, aquilo que poderá vir a faltar a outros.

Por fim, senhor presidente da Câmara, apesar de vivermos toda esta situação da Covid-19, há questões que não param e não resisto em perguntar-lhe se já passaram os tais quinze dias que faltavam para que o palco da Praça Velha ficasse pronto.

**Sr. presidente da Câmara** – Acho que o palco entrou na suspensão da contagem de prazos e são quinze dias dos grandes, mas havemos de lá chegar. Esse palco é um *karma* e tem dado que fazer.

O aumento do número de máscaras não será problema mas a sua venda não será possível porque é necessário um processo de certificação que tem a ver com a sua conformidade. É óbvio que as nossas costureiras podem fazê-lo se assim entenderem e a entidade que trata disso até já se ofereceu para ajudar. Se alguém quiser entrar no negócio de produção de máscaras para venda, apenas terá que seguir um processo burocrático. Estas são para oferta, quanto às outras, logo se verá, mas não faltarão máscaras. Não são todas iguais mas, a julgar pela qualidade do pano, esta que aqui tenho pode ser lavada cem vezes que não se vai gastar tão depressa.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro** – Devem ser melhores do que as máscaras chinesas que vieram para o hospital e, pelos vistos, nem se aguentam penduradas nas orelhas dos profissionais de saúde.

**Sr. presidente da Câmara** – Estas são máscaras sociais para o povo usar na rua. Têm aqui uma abertura para colocar um filtro e cada um fará o que entender.

Quanto aos «profissionais do apoio» que o senhor deputado referiu, pois eles já apareceram mas os senhores presidentes de junta conhecem-nos melhor do que ninguém e confiamos que tomarão as ações necessárias.

**Sr. d. m. Délio Borges** – Bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados municipais. Cumprimento também os angrenses que nos acompanham através do facebook.

Já foi aqui dito mas nunca é demais deixar uma palavra de agradecimento e reconhecimento ao pessoal da saúde e da segurança, aos bombeiros e a todos os angrenses, não esquecendo os trabalhadores da Câmara Municipal de Angra que também têm estado na linha da frente no combate a esta pandemia.

Noutras câmaras municipais do país, está a colocar-se a situação de disponibilizar um suplemento de risco aos trabalhadores, tendo em conta as funções que desempenham atualmente e provavelmente nos próximos meses até que esta pandemia esteja mais ou menos controlada. A disponibilização de um suplemento de risco para os trabalhadores da Câmara Municipal, seria uma questão a discutir.

Muitos angrenses têm-nos abordado na rua a respeito do IMI. Segundo os economistas, poderemos estar a sofrer a recessão mais grave dos últimos cem anos e, para situações extraordinárias, são necessárias medidas também extraordinárias. Porque não se avança com uma isenção parcial ou total do IMI? Muito obrigado e bom dia a todos.

**Sr. presidente da Câmara** – Esta questão do suplemento de risco terá que ser analisada na própria Câmara, um assunto que, mais tarde, merecerá a nossa atenção. É preciso ter cautela com as medidas que reduzam as receitas ou aumentem as despesas porque os recursos da Câmara são limitados; se os gastarmos num lado, eles faltarão no outro.

Quanto ao alargamento da isenção do IMI, meus senhores, neste momento a zona central da cidade já custa um milhão e meio de euros à Câmara, coisa que nos deixa numa situação bastante má perante os problemas que já estamos a viver. Não me parece adequado fazê-lo e nem temos poder para tal porque esse é um assunto que compete à Assembleia da República. No concelho de Angra, estamos a aplicar no IMI o valor mínimo que a lei permite e só a Assembleia da República é que o pode alterar, como já o fez contra a nossa vontade na aprovação do orçamento deste ano.

É preciso muita cautela na tomada de medidas que levem à descapitalização das instituições e agora, mais do que nunca, a Câmara tem que ter capacidade para ajudar quem precisa. Se continuo com o meu ordenado, devo pagar o meu IMI como sempre fiz e não é altura de o

oferecer a quem não precisa. Essas medidas de caráter populista têm que receber um «não» redondinho da nossa parte apesar de nada termos a ver com esse assunto que é da competência exclusiva da Assembleia da República.

**Sr. d. m. Joaquim Ponte** – Voltando a colocar a questão relativa às ligações da ilha Terceira ao exterior, devo dizer que partilho da preocupação do senhor presidente da Câmara e defendo que não devemos facilitar para não darmos como perdido, todo o trabalho extraordinário que tem sido feito nos últimos tempos. Como já foi aqui dito, nada aconteceu por acaso e o mérito é todo dos terceirenses que souberam disciplinar-se e acatar as orientações das entidades sanitárias. No entanto, considero que não devemos ser penalizados por bom comportamento. Quando forem abertas, espero que as ligações ao exterior se façam nas mesmas condições de segurança para as outras ilhas, nomeadamente as que tiveram menos problemas do que a ilha de S. Miguel onde, infelizmente, aconteceram as situações mais complexas.

Ao abrirem-se as ligações ao exterior para uma ilha, é preciso que se abram também para as outras, acautelando-se assim a justiça, a equidade e o respeito também pela população da ilha Terceira. Como já foi aqui dito, os doentes, os comerciantes e todos aqueles que precisam de se deslocar a Lisboa ou a outra qualquer cidade do país com alguma regularidade, devem poder fazê-lo sem incómodos ou outros riscos acrescidos. Havendo uma única porta de entrada na região pela ilha de S. Miguel, além do transtorno, o risco é muito maior porque vamos precisar de dois toques e dois aviões, contactaremos com um maior número de pessoas, e tudo isso pode agravar a nossa situação.

A minha intervenção vai no sentido de alertar a Câmara Municipal, como primeira entidade do concelho, para que sejam salvaguardados os direitos e os interesses do povo terceirense, que não deve ser penalizado pelo seu bom comportamento ou pela boa situação que, felizmente, cá se vive. Logo que haja condições mínimas de segurança, esta ligação ao exterior terá que ser feita, apesar de alguns riscos ou outros pequenos problemas que possam surgir, porque as ilhas não podem ficar isoladas eternamente.

**Sra. d. m. Marília Vargas** – Ainda a respeito da proposta do senhor deputado Délio Borges sobre a isenção do pagamento do IMI, primeiro seria importante tomarmos conhecimento das famílias verdadeiramente necessitadas porque o dinheiro não abunda para estarmos a correr o risco de o darmos a quem não precisa. Pensando já no tal regulamento que vai ser criado na sessão extraordinária desta Assembleia como já ficou aqui acordado, através de parcerias com a Segurança Social ou com outros departamentos do Governo Regional, poderia ser feita uma avaliação no sentido de sabermos quem, verdadeiramente precisa dessa isenção do IMI, e quem não tenha essa necessidade por não ter tido os seus rendimentos afetados.

*Não se registaram mais intervenções. A informação sobre a Atividade Municipal foi considerada apreciada.*

1.2 - Documentos de prestação de contas dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo referentes ao resultado do exercício de 2019. Para apreciação e votação do órgão deliberativo municipal em conformidade com o estabelecido na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, os quais apresentam os seguintes resultados:

– **Demonstração dos Resultados do Exercício:**

- Custos e Perdas: 6 357 355,19 € (seis milhões, trezentos e cinquenta e sete mil, trezentos e cinquenta e cinco euros e dezanove cêntimos).
- Proveitos e Ganhos: 6 866 465,04 € (seis milhões, oitocentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e cinco euros e quatro cêntimos).
- Resultado Líquido do Exercício: 509 109,85 € (quinhentos e nove mil, cento e nove euros e oitenta e cinco cêntimos).

**– Fluxos Financeiros:**

- Saldo da gerência anterior: 2 558 516,69 € (dois milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e dezasseis euros e sessenta e nove cêntimos).
- Recebimentos: 7 066 209,19 € (sete milhões, sessenta e seis mil, duzentos e nove euros e dezanove cêntimos).
- Pagamentos: 7 326 541,92 € (sete milhões, trezentos e vinte e seis mil, quinhentos e quarenta e um euros e noventa e dois cêntimos).
- Saldo para a gerência seguinte: 2 298 183,96 € (dois milhões, duzentos e noventa e oito mil, cento e oitenta e três euros e noventa e seis cêntimos).
- Execução orçamental: 2 222 469,05 € (dois milhões, duzentos e vinte e dois mil, quatrocentos e sessenta e nove euros e cinco cêntimos).
- Operações de Tesouraria: 75 714,91 € (setenta e cinco mil, setecentos e catorze euros e noventa e um cêntimos).

De acordo com o disposto no ponto 2.7.3.5 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), no Relatório de Gestão é proposto que, 5% do Resultado Líquido do Exercício de 2019 no valor de 22 763,54 € (vinte e dois mil, setecentos e sessenta e três euros e cinquenta e quatro cêntimos) seja transferido para a conta 571 “Reservas Legais”. O remanescente, no valor de 432 507,28 € (quatrocentos e trinta e dois mil, quinhentos e sete euros e vinte e oito cêntimos), manter-se-á em “Resultados Transitados”.

Os Documentos de Prestação de Contas foram organizados de acordo com as instruções do Tribunal de Contas que constam da Resolução n.º 4/2001 de 18 de agosto, alterada pela Resolução n.º 26/2013 de 21 de novembro, e ser-lhe-ão remetidos, nos termos do n.º 4 do ponto 2 - Considerações Técnicas do POCAL e do n.º 4 do artigo 52.º da Lei n.º 98/97 de 26 de agosto, na redação da Lei n.º 20/2015 de 9 de março.

1.3 - Documentos de prestação de contas da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo relativos ao exercício de 2019. Para apreciação e votação do órgão deliberativo municipal em conformidade com o estabelecido nas alíneas a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, organizados de acordo com as instruções do Tribunal de Contas que constam da resolução n.º 4/2001 de 18 de Agosto, os quais se encontram elencados no anexo I e integralmente elaborados, com exceção do número 23 “Subsídios Obtidos” - não aplicável, 24 “Ativos de Rendimento Fixo” - não aplicável, 25 “Ativos de Rendimento Variável” - não aplicável e 35 “Relação de Emolumentos Notariais e Custas de Execuções Fiscais” - não aplicável.

Os documentos acima referidos apresentam os seguintes resultados:

**– Fluxos financeiros:**

- Saldo total da gerência anterior (2019): 3 210 448,29 € (três milhões, duzentos e dez mil, quatrocentos e quarenta e oito euros e vinte e nove cêntimos).
- Receitas orçamentais: 19 579 315,26 € (dezanove milhões, quinhentos e setenta e nove mil, trezentos e quinze euros e vinte e seis cêntimos).
- Despesas orçamentais: 19 099 489,34 € (dezanove milhões, noventa e nove mil, quatrocentos e oitenta e nove euros e trinta e quatro cêntimos).

**– Operações de Tesouraria:**

- Entradas: 1 927 892,16 € (um milhão, novecentos e vinte e sete mil, oitocentos e noventa e dois euros e dezasseis cêntimos).
- Saídas: 1 835 710,47 € (um milhão, oitocentos e trinta e cinco mil, setecentos e dez euros e quarenta e sete cêntimos).



- Saldo para a gerência seguinte: 3 782 456,00 € (três milhões, setecentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e seis euros).

– **Demonstração dos resultados do exercício:**

- Custos e Perdas: 17 689 516,81 € (dezassete milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, quinhentos e dezasseis euros e oitenta e um cêntimos).
- Proveitos e ganhos: 20 726 810,92 € (vinte milhões, setecentos e vinte e seis mil, oitocentos e dez euros e noventa e dois cêntimos).
- Resultado líquido do exercício: 3 037 294,11 € (três milhões, trinta e sete mil, duzentos e noventa e quatro euros e onze cêntimos).

Nos termos do ponto 2.7.3 do Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais (POCAL), propõe-se à Assembleia Municipal que o mencionado resultado do exercício seja aplicado nos seguintes termos:

571 - Reservas legais: 152 000,00 € (cento e cinquenta e dois mil euros).

574 - Reservas livres: 2 885 294,10 € (dois milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, duzentos e noventa e quatro euros e dez cêntimos).

**Sr. presidente da Câmara** – Os Pontos 1.2 e 1.3 referem-se às contas dos Serviços Municipalizados e da Câmara Municipal. Posso informar os senhores membros desta Assembleia que o ano 2019 foi excelente do ponto de vista financeiro e da execução. A Câmara não está rica mas o seu resultado líquido do exercício é positivo, o que nos permite enfrentar com serenidade os problemas deste ano, algo que não seria possível de outra forma. Estas duas contas são apresentadas em separado pela última vez, já que, a partir do próximo dia 1 de julho, o município passará a operar com uma conta única em resultado da internalização dos Serviços Municipalizados.

Os resultados dos SMAH também foram bons com um saldo positivo de 509 mil euros. Embora não possa ser analisado da mesma forma por não ter receitas tão alargadas, o resultado da Câmara permite uma transição de 3,8 milhões de euros, valor que vai ser distribuído pelo orçamento deste ano na revisão que vem a seguir.

Em resumo, 2019 foi um bom ano e provavelmente o melhor do ponto de vista financeiro e de gestão do município; infelizmente, este ano já não será assim pelas razões conhecidas. Estaremos provavelmente a aprovar a melhor conta desta última década mas chegámos a um ponto em que, infelizmente, é de esperar um declínio.

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves** – Apesar de as condições não serem as melhores em termos de investimento, se calhar há males que vêm por bem na medida em que a Câmara acaba por ter agora alguma capacidade para poder tomar estas medidas necessárias no âmbito da Covid-19. De acordo com esse ponto de vista e pondo de lado qualquer leitura política, este ano vamos abster-nos na votação destes dois documentos referentes à conta dos Serviços Municipalizados e da Câmara Municipal.

*Não se registaram mais intervenções. Postos à votação, os documentos de prestação de contas dos Serviços Municipalizados constantes do Ponto 1.2 foram aprovados por maioria com 30 votos a favor (24 do PS, 1 da d. m. independente e 5 do PSD) e 8 abstenções (6 do PSD e 2 do CDS-PP).*

*Os documentos de prestação de contas da Câmara Municipal constantes do Ponto 1.3 foram também aprovados por maioria com 30 votos a favor (24 do PS, 1 da d. m. independente e 5 do PSD) e 8 abstenções (6 do PSD e 2 do CDS-PP).*

1.4 - Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais desta Câmara Municipal referente ao ano de 2019, cujo total líquido é de 99 616 363,27 € (noventa e nove milhões, seiscentos e dezasseis mil, trezentos e sessenta e três euros e vinte e sete cêntimos). Para apreciação do órgão deliberativo municipal nos termos da alínea l), n.º 2, artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

**Sr. presidente da Câmara** – O nosso auditor externo levanta uma reserva por considerar que os bens da Câmara Municipal não estão valorizados de acordo com a mesma métrica. É bom que os senhores tenham consciência da existência desta reserva na certificação legal de contas que já vem do ano passado. Estamos a tentar resolver mas isto implica uma revalorização de todos os bens do município porque alguns têm valores atribuídos há quase um século e não estão devidamente atualizados. O valor é bastante superior ao que ali consta e os bens da Câmara não estão todos avaliados de acordo com a mesma lógica.

*Não havendo mais intervenções, o Inventário constante do Ponto 1.4 foi considerado apreciado pela Assembleia Municipal.*

1.5 - Segunda revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal para o ano de 2020. Para aprovação do órgão deliberativo municipal nos termos da alínea a), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro.

1.6 - Primeira revisão ao Orçamento e primeira ao Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados para o ano de 2020. Para aprovação do órgão deliberativo municipal nos termos da alínea a), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro.

**Sr. presidente da Câmara** – Estes dois Pontos da Ordem de Trabalhos são complementares e a maior ação que aqui consta é uma questão técnica referente à transferência da receita e da despesa do orçamento dos Serviços Municipalizados para o orçamento da Câmara para passarmos a operar com um orçamento único a partir do dia 1 de julho.

Este grande aumento no orçamento da Câmara não corresponde ao aumento da receita por se tratar simplesmente da transição da receita e da despesa de um lado para o outro e as alterações estão nas questões atrás discutidas: a criação de uma linha de investimento, uma GOP que tem a ver com o apoio às empresas e às famílias, e um reforço muito substancial para as pequenas obras, essencialmente dos caminhos e vias municipais, para permitirmos algum fomento na pequena construção civil e dar corpo àquilo que falámos no debate inicial.

*Posta à votação, a Segunda Revisão ao Orçamento e GOP's da Câmara Municipal para o ano de 2020 constante do Ponto 1.5, foi aprovada por unanimidade.*

*A primeira Revisão ao Orçamento e primeira ao Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados para o ano de 2020 constante do Ponto 1.6, foi aprovada por maioria com 30 votos a favor (24 do PS, 1 da d. m. independente e 5 do PSD) e 8 abstenções (6 do PSD e 2 do CDS-PP).*

1.7 - Segunda alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo para 2020. Para aprovação do órgão deliberativo municipal nos termos da alínea o), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

**Sr. presidente da Câmara** – Este ponto refere a transferência do pessoal que estava afeto aos SMAH para um quadro único do município no seguimento do que foi aprovado na última sessão desta Assembleia. O quadro de pessoal do município fica composto por 361 trabalhadores sem que haja qualquer alteração. Contudo, como precisamos de suprir algumas dificuldades na área da engenharia, propomos à Assembleia a criação de um novo lugar de

engenheiro com conhecimentos na área da hidráulica que, a devido tempo, será posto a concurso. Não se verifica qualquer aumento da despesa visto que esta vaga é suprida pelas aposentações que, entretanto, aconteceram.

*Posto à votação, o documento constante do Ponto 1.7 foi aprovado por maioria com 36 votos a favor (24 do PS, 1 da d. m. independente e 11 do PSD) e 2 abstenções do CDS-PP.*

1.8 - Proposta de nomeação de Júri para cargo dirigente intermédio de 2.º grau – Chefe de Divisão da Unidade de Gestão Financeira e Recursos Humanos, bem como atribuição de despesas de representação ao candidato a selecionar. Para designação do júri pelo órgão deliberativo nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto, assim como a autorização da atribuição das citadas despesas:

**- Presidente:**

Paulo Henrique da Rocha Fantasia Cardoso - Chefe da Unidade de Serviços Integrados.

**- Vogais:**

Ricardo Nuno Vieira Matias - Chefe da Unidade de Desporto e Promoção da Qualidade de Vida.

Paulo Manuel Borba Mont'Alverne Sequeira - Chefe da Unidade de Urbanismo e Infraestruturas Municipais.

**- Vogais suplentes:**

Sandra Patrícia Vieira Costa - Chefe da Unidade de Cultura e Apoio Social.

Daniel Cunha Belo Projeto - Chefe da Unidade de Resíduos e Limpeza Urbana.

**Sr. presidente da Câmara** – A proposta constante do Ponto 1.8 corresponde à abertura do concurso para o cargo dirigente de Chefe da Unidade de Gestão Financeira de Recursos Humanos, mantendo exatamente as mesmas condições do atual cargo em exercício com o júri que consta do documento.

*A Assembleia Municipal, por maioria, designou o júri proposto e autorizou a atribuição das citadas despesas de representação com 30 votos a favor (24 do PS, 1 da d. m. independente e 5 do PSD) e 8 abstenções (6 do PSD e 2 do CDS-PP).*

1.9 - Regulamento Municipal do Orçamento Participativo de Angra do Heroísmo. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

**Sr. presidente da Câmara** – Este ponto da Ordem de Trabalhos corresponde à aprovação do Regulamento Municipal do Orçamento Participativo de Angra do Heroísmo que foi aprovado em reunião de Câmara e visa dar execução a um aspeto também aprovado no orçamento do município para o ano 2020. Mantém-se neste regulamento o orçamento participativo juvenil com 50 mil euros, no qual poderão votar os jovens inscritos em todos os estabelecimentos de ensino do concelho com mais de 16 anos. A votação é feita em urna nos respetivos estabelecimentos de ensino, seguindo a mesma norma das eleições normais. Haverá também uma votação nas freguesias correspondente ao valor de 200 mil euros, aberta a todos os recenseados no concelho que podem votar em todas propostas, independentemente das freguesias a que as mesmas respeitem. O documento foi analisado e mereceu unanimidade na Câmara, creio que também merecerá a aprovação desta Assembleia.

**Sr. d. m. Délio Borges** – Após a leitura desta proposta de regulamento, é caso para dizer que o senhor presidente da Câmara não gosta mesmo do orçamento participativo.

**Sr. presidente da Câmara** – É verdade. Não gosto.

**Sr. d. m. Délio Borges** – É sempre bom sermos frontais.

**Sr. presidente da Câmara** – O senhor deputado pode contar sempre com frontalidade absoluta da minha parte. Quando não gosto, não gosto, mas comprometi-me em fazê-lo e é o que faremos.

**Sr. d. m. Délio Borges** – Fazia parte do compromisso eleitoral do PS. A prova de que o senhor não gostava, é que vamos já no terceiro ano de mandato e, finalmente, lá aparece o orçamento participativo mas é muito pouco e vou dizer-lhe porquê, senhor presidente. Existem orçamentos participativos em Portugal há vinte anos em autarquias pequenas, médias e grandes. Quando estamos a elaborar um documento, convém seguir as boas práticas dos orçamentos participativos. Não há que inventar, basta seguir as boas práticas.

Deixo três exemplos de sugestões à sua consideração e à dos restantes vereadores que aprovaram esta proposta de regulamento. Em primeiro lugar, não consta a dotação orçamental que o senhor presidente acabou de referir....

**Sr. presidente da Câmara** – Ó senhor deputado; não pode constar porque é aprovado anualmente pela Assembleia. Ainda não percebeu isso?

**Sr. d. m. Délio Borges** – Percebi, sim senhor.

**Sr. presidente da Câmara** – Então, se percebeu, porque pergunta?

**Sr. d. m. Délio Borges** – Vou responder-lhe. As várias câmaras municipais comprometem-se sempre com a dotação mínima no regulamento municipal sem que seja necessário desviar as atenções para as reuniões de Câmara. É um compromisso. No regulamento municipal deve constar a dotação percentual ou absoluta do orçamento participativo, caso contrário, ficamos dependentes dos bons ou maus humores nos orçamentos de cada ano.

As boas práticas de orçamentos participativos ditam que se devem fazer encontros em cada freguesia para explicar às pessoas as suas vantagens e como os orçamentos funcionam. No regulamento municipal não estão previstos encontros participativos nas freguesias. É fazer tudo a despachar. Vamos fazer isto *online*, propõe-se, vota-se, despacha-se e pronto.

A terceira e última questão que, para mim é a mais importante, é que estamos em pleno século XXI e não existe votação *online*, senhor presidente. O senhor deve propor aos munícipes que, num determinado dia e hora, se desloquem à sua junta de freguesia para fazerem a votação dos projetos. É desta forma diferente que se aproximam os munícipes. O senhor presidente não gosta mas é uma forma de aproximação dos munícipes à ação democrática autárquica. Já sei que o senhor vem com a desculpa de que a plataforma eletrónica é cara, mas trata-se apenas de má vontade. Existem câmaras de menor dimensão do que a nossa que adquiriram já a plataforma que permite o voto eletrónico.

Peço-lhe que, após este primeiro ano de experiência, o senhor reconsidere a hipótese de adquirir a plataforma eletrónica que permite aos cidadãos fazerem nas suas casas, a votação daqueles projetos.

**Sr. presidente da Câmara** – O valor a colocar no orçamento participativo vai depender do orçamento do município. Esta Assembleia determinará dois valores em cada ano: um para o orçamento destinado aos jovens, outro para o orçamento geral. Isto permite a esta Assembleia, como órgão eleito, decidir o que for mais adequado e qual o valor a seguir em função das disponibilidades orçamentais de cada ano e o resto do regulamento tem um caráter experimental. O senhor deputado sabe muito bem que, sempre que apareça uma sugestão melhor, eu sou o primeiro a segui-la. Nunca gostei de ficar parado e os que me conhecem, sabem que a minha opinião se vai sempre conformando a favor dos melhores objetivos. Ficamos, portanto, à espera de melhores ideias.

Quanto à discussão ou à falta dela, não é isso que vai acontecer. O que está previsto é a abertura de um período de candidatura e, após verificada a conformidade das respetivas propostas, elas serão colocadas em discussão pública. Os seus promotores certamente organizarão os debates, as assembleias e os eventos que entenderem mais adequados durante o período de um mês, exatamente para fazerem com que a sua proposta tenha o máximo de aceitação possível. Prevê-se assim uma espécie de campanha eleitoral para os preponentes, por isso o senhor deputado não deve concluir que não haverá nenhum debate.

Quando o voto eletrónico surgir para as eleições regionais e outras, pois cá estaremos, mas o objetivo é chamar as pessoas às urnas e não as afastar. Não vamos nós criar uma forma de votação a partir do sofá para que depois não se vote nas eleições de verdade. Não sou favorável a populismos desses que custam caro à democracia. Enquanto se votar como se vota, é assim que se fará e vota quem quer, mas o objetivo é chamar mais gente às votações verdadeiras e não às discussões do facebook.

**Sra. d. m. Brites Cunha** – Não obstante o facto de, cada um de nós nutrir mais ou menos simpatia com esta política de participação ou termos algo a apontar a respeito do articulado do regulamento, atendendo às circunstâncias que vivemos atualmente, julgo que teria sido interessante pensarmos na suspensão da afetação desta verba, canalizando-a para outras necessidades mais prementes para se fazer face a esta pandemia. Gostaria de ouvir a sua opinião, senhor presidente.

**Sr. presidente da Câmara** – A minha opinião é exatamente essa. Como se trata de um orçamento participativo, espero que apareçam os votos e as propostas que satisfaçam as necessidades concretas deste ano porque o orçamento participativo é isso mesmo. Deve manifestar-se a vontade do povo e não a nossa aqui, caso contrário, escusaríamos de fazer esta encenação. Ou fazemos um orçamento participativo a sério, ou não o fazemos. Se o povo achar que as medidas relativas à Covid-19 têm prioridade, será feita a vontade do povo.

**Sra. d. m. Brites Cunha** – O objetivo seria não deixar isto à mercê da vontade, sabendo que, nesta fase, a necessidade é mais importante do que a vontade.

**Sr. presidente da Câmara** – O povo assim ditará. É participativo, é do povo.

**Sra. d. m. Brites Cunha** – Fica então aqui expresso o nosso apelo conjunto que nunca pensei que fosse possível.

**Sr. presidente da Câmara** – Muito obrigado. Faremos esse apelo conjunto perante o povo.

**Sr. presidente da Mesa** – O mundo está a mudar muito...

*Terminadas as intervenções e após votação, o Regulamento Municipal do Orçamento Participativo de Angra do Heroísmo constante do Ponto 1.9, foi aprovado por maioria com 30 votos a favor (24 do PS, 1 da d. m. independente e 5 do PSD) e 8 abstenções (6 do PSD e 2 do CDS-PP).*

**Sr. presidente da Mesa** – A senhora deputada Brites Cunha acabou de dizer que estava de acordo com o senhor presidente da Câmara e vai abster-se? O mundo voltou novamente ao normal.

**Sr. presidente da Câmara** – E eu que estava tão entusiasmado...

**Sra. d. m. Brites Cunha** – Eu disse que estava de acordo com o apelo, não com o ponto em si, senhor presidente.

1.10 - Alteração ao Regulamento Municipal de Prémios de Mérito Escolar e de Apoio à Frequência de Estudos Pós Secundários e Superiores. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

*Este ponto da Ordem de Trabalhos foi apresentado e debatido em conjunto com o Ponto 1.1 no período destinado à apreciação da Atividade Municipal. **Posto à votação, o documento constante do Ponto 1.10 foi aprovado por unanimidade.***

1.11 - Código de Conduta do Município de Angra do Heroísmo. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

**Sr. presidente da Câmara** – A aprovação de um código de conduta para o município resulta de uma obrigação legal criada no ano transato. Estamos a utilizar um modelo que foi, de alguma maneira, proposto pela generalidade dos municípios do país, em que é criado um conjunto de normas de bom senso e ética no sentido de garantir que todos os dirigentes do município, os vereadores, os membros do gabinete da Câmara e o seu presidente, tenham comportamentos e condutas consentâneas com os mais elevados padrões de ética.

***O documento constante do Ponto 1.11 foi aprovado por unanimidade.***

1.12 - Alteração ao Sistema de Controlo Interno dos Serviços do Município de Angra do Heroísmo. Para aprovação do órgão deliberativo municipal nos termos da alínea i), do n.º 1 do artigo 33.º e da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

**Sr. presidente da Câmara** – Trata-se apenas de uma questão técnica com vista a eliminar as referências ao conselho de administração dos Serviços Municipalizados e fazer as alterações de redação necessárias devido à sua internalização.

***A alteração constante do Ponto 1.12 foi aprovada por maioria com 34 votos a favor (23 do PS, 1 da d. m. independente e 10 do PSD) e 3 abstenções (1 do PSD e 2 do CDS-PP).***

1.13 - Adenda ao Contrato Programa celebrado entre a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e a TERAMB, EM – Resíduos agrícolas. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.

**Sr. presidente da Câmara** – Esta adenda visa uma alteração ao contrato existente entre o município de Angra e a TERAMB, que apenas abrange os resíduos urbanos e os recicláveis. Pretende-se assim alargar esse mesmo contrato a uma outra classe de resíduos, nomeadamente os sacos e plásticos usados em agricultura. Esta necessidade surgiu devido às atuais dificuldades no mercado dos plásticos e ao facto de a empresa que gere aquelas redes que estão por aí colocadas nas freguesias, estar com dificuldades em dar destino a estes materiais. Torna-se assim necessário que o município assuma esta gestão e contratualize com a TERAMB no sentido de se dar o adequado destino final a estes resíduos que serão encaminhados para reciclagem ou para valorização energética sempre que a reciclagem não se seja viável.

***O documento constante do Ponto 1.13 foi aprovado por unanimidade.***

1.14 - Medidas tomadas em Reunião da Câmara Municipal de 27-03-2020 no âmbito da pandemia da COVID-19. Para ratificação do órgão deliberativo municipal.

*Este ponto da Ordem de Trabalhos foi debatido em conjunto com os Pontos 1.1 e 1.10 no período destinado à apreciação da Atividade Municipal. **A Assembleia Municipal, por unanimidade, ratificou estas medidas.***

1.15 - Comunicação da Associação Nacional de Municípios Portugueses respeitante à tomada de medidas excecionais e temporárias no que se refere às reuniões dos órgãos autárquicos face

à situação provocada pela pandemia da COVID-19. Para conhecimento do órgão deliberativo municipal.

**Sr. presidente da Câmara** – A Associação Nacional de Municípios pede que seja comunicado às assembleias municipais aquilo que já discutimos aqui hoje, ou seja, as medidas excepcionais e temporárias, e um conjunto de considerações sobre os efeitos da Covid-19. Este comunicado vem apenas para conhecimento da Assembleia. Embora, muitas das questões não se apliquem ao arquipélago, aconselho os senhores deputados a lerem o documento.

*A Assembleia Municipal tomou conhecimento do comunicado constante do Ponto 1.15.*

1.16 - Ofício dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo, dando conhecimento da aquisição de serviços de limpeza das instalações daqueles Serviços (2020-2021). Para conhecimento do órgão deliberativo municipal.

**Sr. presidente da Câmara** – Trata-se de uma comunicação dos Serviços Municipalizados sobre um contrato de limpeza das instalações que tem incidência por mais um ano. Existe uma despesa que transita para o ano 2021, por isso é obrigatório dar-se conhecimento desse ofício a esta Assembleia.

*A Assembleia Municipal tomou conhecimento do comunicado constante do Ponto 1.16.*

*Terminada a discussão e votação dos documentos constantes da Ordem de Trabalhos, a senhora deputada municipal Tânia Gil da Rocha Lemos, na qualidade de 1.ª secretária da Mesa, procedeu à leitura da minuta das deliberações que, posta à votação, foi aprovada por unanimidade.*

*Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta das (12h25m) do dia 27 de abril de 2020, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.*

**O Presidente da Mesa**

---

**Ricardo Manuel Rodrigues de Barros**

**A 1ª Secretária**

---

**Tânia Gil da Rocha Lemos**